**NOMES E DADOS FICTÍCIOS !**

**AO JUÍZO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO (OU COMARCA) DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Autos nº**. XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX

**NOME DO APELADO,** menor impúbere, representado neste ato por sua genitora, **NOME DA REPRESENTANTE (MEU CASO)**,já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio da(o) advogada(o), abaixo subscrita(o), vem, perante este Juízo, com fulcro no artigo 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, apresentar

**CONTRARRAZÕES**

**AO RECURSO DE APELAÇÃO**

(*Ação de revisão de alimentos*)

interposto por **NOME DO APELANTE**, fazendo-o com esteio nos argumentos anexos à presente. Requer, após as formalidades de estilo, sejam remetidas ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para regular processamento.

Nestes termos, pede deferimento.

*(datado e assinado digitalmente)*

**Advogada (o) - OAB/UF**

**AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**(COLOQUE O NOME DO TRIBUNAL COMPETENTE EM SEU CASO)**

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO**

**AUTOS Nº:** XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX

**ORIGEM:** 1ª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA (OU COMARCA) DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RECORRENTE:** NOME DO APELANTE

**RECORRIDO:** NOME DO APELADO

**EGRÉGIO TRIBUNAL,**

**COLENDA CÂMARA,**

**NOBRES JULGADORES,**

**I – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

De início, o apelado declara-se pobre, na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, fazendo *jus* à GRATUIDADE DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República, e artigo 98, §1º, do Código de Processo Civil vigente.

**II – DA TEMPESTIVIDADE**

O apelado tomou ciência para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela parte *ex adversa* em 15/07/2022. Isso posto, o seu termo final ocorrerá em 05/08/2022.

Assim, interposta as contrarrazões nesta data, esta é tempestiva.

**III – BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA (FAÇA O RESUMO DE SUA DEMANDA)**

Trata-se de ação de revisão de alimentos ajuizada por NOME DO APELANTE em face de NOME DO APELADO, na qual pugnou pela minoração dos alimentos ao montante de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, sob o argumento de que ainda está desempregado, desde a data da prolação da Sentença nos autos do processo de Fixação de Alimentos (XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX), em 01 de julho de 2022, e que reside com um amigo, porquanto não possui moradia.

Na Decisão Interlocutória ID XXXXXXXX, o r. Juízo recebeu a inicial e deixou de minorar, provisoriamente, os alimentos ao valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, conforme solicitado na exordial, por entender que não estavam presentes os requisitos do art. 300 do CPC.

O Réu, ora Apelado, foi citado e apresentou Contestação ID XXXXXXXX, na qual alegou que o Requerente, ora Apelante, possui residência fixa, onde convive com sua companheira em um Apartamento Duplex, foi afirmado que o Autor levou o Requerido ao seu apartamento no seu dia de visita. O endereço que consta na qualificação do Autor, na verdade, é da casa do seu pai.

Ademais, alegou que, desde a separação, o Apelante vem omitindo seus bens, colocando-os em nome de sua atual companheira. Informa, ainda, que ele e sua atual companheira são empresários, e recentemente abriram um novo bar, conforme ID XXXXXXXX.

No deslinde do feito, na r. Sentença ID XXXXXXXX, o Juízo Sentenciante julgou improcedente os pedido formulado na inicial, mantendo os alimentos devidos pelo Alimentante à razão de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, como fora definido no autos do processo de fixação de alimentos (XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX).

Irresignado, o Apelante interpôs Recurso de Apelação ID XXXXXXXX, insurgindo-se contra o entendimento do Juízo *a quo*, requerendo a reforma do *decisum* nos moldes pleiteados em sua peça defensiva.

É a síntese do necessário.

**IV- DAS RAZÕES DA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA**

**a ) DO MÉRITO**

O Apelante, em suas razões recursais, não trouxe qualquer argumentação plausível para elidir a fundamentação expendida pelo Juízo Sentenciante, o qual, acertadamente, decidiu que o Autor/Apelante deverá prestar alimentos no importe de **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional ao Apelado**, como fora definido.

De outro modo, os fatos trazidos no recurso interposto pelo Apelante apenas corroboram, bem como fortalecem o entendimento do r. Juízo *a quo*, porquanto, em sua sustentação, o Apelante afirma que, **coincidentemente**, 5 (cinco) dias após a prolação da r. Sentença, conseguiu um suposto emprego na empresa de sua companheira, conforme documento ID XXXXXXXX.

Registre-se que o Apelante afirmou que os alimentos deviam ser minorados pois se encontrava em situação financeira difícil, **já que estava desempregado**, e agora, em sede recursal, reitera seu pedido **com o fundamento de que conseguiu um emprego**.

**b) DA VERDADEIRA CONDIÇÃO FINANCEIRA**

O Requerente, de fato, possui condição financeira invejável, como ostenta em suas redes sociais (IDs XXXXXXXX, XXXXXXXX e XXXXXXXX).

Outrossim, nos perfis privados do Requerente e da sua suposta companheira há referências ao relacionamento existente entre ambos, conforme imagens apensadas (**em anexo**).

**V - DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, requer que seja **negado provimento** ao Recurso de Apelação apresentado pela parte Recorrente, mantendo-se a r. Sentença por seus próprios fundamentos.

Requer, ainda, a condenação da parte *ex adversa* em honorários advocatícios.

Nestes termos, pede deferimento.

*(datado e assinado eletronicamente)*

**Advogada(o) - OAB/UF**

*Yohanan Ferreira Breves*

*20 de julho de 2022*

**DÚVIDAS ? DEIXE SEU COMENTÁRIO ABAIXO QUE EU RESPONDO NUM PISCAR DE OLHOS !**



 **@yohanan\_breves**



 **@yohanan\_breves**

**----------------------------------- BONS ESTUDOS --------------------------------------**